

Recursos

Prazo de interposição de recurso em face das questões da prova objetiva e do gabarito preliminar

Nome: CÁZIA BERNARDI

Inscrição: 674

Protocolo: 13400

Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Situação: INDEFERIDO

Código da prova: 1

Questão: 9

Disciplina: Conhecimentos Específicos (Técnico Administrativo)

Recurso:

Solicita-se a alteração do gabarito da questão 09, da alternativa A para a alternativa B, pois as assertivas I, II e III encontram respaldo jurídico.

A assertiva II não deve ser considerada incorreta. O art. 3º da Lei nº 13.303/2016 define empresa pública como entidade de direito privado, cuja criação é autorizada por lei, com patrimônio próprio e capital social integralmente detido pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios. O parágrafo único do mesmo artigo admite, inclusive, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno e de entidades da Administração Indireta, preservada a maioria do capital votante pelo ente federativo.

A própria AMEOSC adota esse entendimento em questões anteriores. Em questão de 2026, a banca considerou característica correta da empresa pública possuir "capital integralmente público". Assim, não se mostra adequado considerar a assertiva II falsa apenas em razão da expressão "recursos provenientes de pessoas jurídicas de direito público", quando o conteúdo essencial apresentado — personalidade de direito privado, autorização legal e capital público — corresponde ao regime jurídico das empresas públicas.

Ademais, a assertiva III está de acordo com o art. 4º da Lei nº 13.303/2016, que estabelece a sociedade de economia mista sob a forma de sociedade anônima, com maioria das ações com direito a voto pertencente ao Poder Público ou a entidade da Administração Indireta. A assertiva I também reproduz as características legais das autarquias.

Diante disso, requer-se a alteração do gabarito para a alternativa B (I, II e III).

Subsidiariamente, caso a banca entenda que a expressão utilizada na assertiva II a torna incorreta, requer-se a anulação da questão, diante da redação que admite interpretação incompatível com o tratamento conferido às empresas públicas pela Lei nº 13.303/2016 e com o próprio padrão anteriormente adotado pela banca.

Termos em que, pede deferimento.

Resposta:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Os recorrentes sustentam, por vias distintas, que a assertiva II deveria ser considerada correta ou que a questão deveria ser anulada.

A assertiva II está incorreta ao afirmar que o capital da empresa pública é formado "exclusivamente" por recursos de pessoas jurídicas de direito público. O art. 3º, caput, da Lei nº 13.303/2016 realmente exige capital público, mas o parágrafo único do mesmo artigo admite expressamente que outras entidades da administração indireta, inclusive as de personalidade jurídica de direito privado, como outra empresa pública ou sociedade de economia mista, participem desse capital, desde que a maioria do capital votante permaneça pública. A palavra "exclusivamente" exclui categoricamente essa hipótese legal, o que torna a assertiva objetivamente incorreta. O Decreto-Lei nº 200/1967, invocado por parte dos recorrentes, não altera essa conclusão: o art. 5º, II, dessa norma fala em "capital exclusivo da União", mas trata apenas das empresas públicas federais, sob redação anterior à Lei nº 13.303/2016, e não contempla a exceção hoje prevista no

Recursos

parágrafo único do art. 3º desta última. Sendo a Lei nº 13.303/2016 o diploma específico e mais recente sobre o regime jurídico das estatais (federais, estaduais e municipais), é ela que prevalece.

Também não há incoerência entre o tratamento das assertivas II e III, como alegado por um dos recorrentes. A assertiva II erra por empregar o termo absoluto "exclusivamente", que exclui uma hipótese legalmente admitida. A assertiva III, diferentemente, não faz nenhuma afirmação de exclusividade quanto aos sujeitos que podem deter o capital: apenas exige que o controle acionário permaneça com o "Poder Público", expressão suficientemente ampla para abranger tanto o controle direto quanto o exercido por meio de entidade da administração indireta controlada pelo ente público. Tratar as duas assertivas de forma diferente reflete a diferença real entre seus conteúdos, não um duplo critério interpretativo.

Por fim, não há violação ao princípio da vinculação ao edital nem ambiguidade capaz de comprometer a resolução da questão. O conteúdo programático do certame prevê expressamente os temas "Administração direta e indireta" e "Organização administrativa". Esses conteúdos abrangem o estudo das entidades que integram a Administração indireta, entre elas as empresas públicas e as sociedades de economia mista, que constituem justamente o objeto da questão. Nesse contexto, a utilização da Lei nº 13.303/2016 não representa cobrança de matéria estranha ao edital. Trata-se da legislação específica que disciplina o regime jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista. Não é necessário que o edital indique, de forma individualizada, o número de cada diploma legal aplicável aos temas nele previstos. O que deve estar contemplado é o conteúdo objeto da cobrança, e este estava expressamente previsto. Também não procede a alegação de ambiguidade. O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 13.303/2016 estabelece regra expressa acerca da matéria examinada, permitindo sua aplicação objetiva ao caso apresentado. A questão não exige interpretação doutrinária controvertida nem adota entendimento excepcional ou minoritário. A assertiva pode ser confrontada diretamente com o texto legal aplicável. Assim, a existência de eventual interpretação diversa por parte do candidato não caracteriza, por si só, ambiguidade da questão. Para justificar a anulação, seria necessário demonstrar a existência de duas interpretações juridicamente plausíveis e igualmente sustentáveis, capazes de conduzir a respostas distintas, o que não se verifica no caso.

Dessa forma, a questão permanece dentro dos limites do conteúdo programático e apresenta solução objetiva a partir da legislação aplicável, não havendo fundamento para sua anulação.

Mantém-se o gabarito preliminar, corretas as assertivas I e III e incorreta a assertiva II.

Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.